



INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

2725 - Redes Sociais Virtuais: de espaços contestatórios à espaços propositivos

Eixo Temático: Gestão Social e Relações Estado e Sociedade para o Desenvolvimento

AUTORES

Plinio Victor Cardoso Moreira

Universidade da Amazônia – UNAMA

pliniovcm@gmail.com

Resumo: Este estudo analisa as redes sociais virtuais como espaços inter-relacionais de interação intra-sociedade e sociedade civil – governo. De forma particular, o artigo busca entender como as redes sociais virtuais incidem em políticas, programas e projetos públicos. Metodologicamente o estudo foi baseado em uma abordagem qualitativa, com utilização da técnica da netnografia. O artigo demonstra que o surgimento de novos espaços como a internet e redes sociais virtuais, podem proporcionar uma outra alternativa que empodere a sociedade civil no processo democrático, através da incidência e participação, fazendo com o que a política passe a ser uma parte real da vida do cidadão.

Palavras chaves: Redes Sociais Virtuais. Espaços contestatórios. Espaços Propositivos. Incidência. Sociedade Civil.

Abstract: This study analyzes virtual social networks as inter-relational spaces of intra-society interaction and civil society - government. In particular, the article seeks to understand how virtual social networks affect public policies, programs and projects. Methodologically the study was based on a qualitative approach, using the netnography technique. The article demonstrates that the emergence of new spaces such as the Internet and virtual social networks can provide another alternative that empowers civil society in the democratic process, through advocacy and participation, making politics become a part of the real of the life of the citizen.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Key words: Virtual Social Networks. Challestatory spaces. Propositional Spaces. Incidence. Civil society.

1- Introdução

O artigo procura analisar como as redes sociais virtuais têm se transformado de espaços contestatórios para espaços propositivos e incidentes em políticas públicas. Busca entender, ainda, como esta arena pode ser entendida como democrática e empoderadora para a sociedade civil e os grupos que a compõe.

A cultura política brasileira dita uma realidade em que geralmente o processo político se dá, de certa forma, afastado e nebuloso, o que acaba deixando a população, que, em teoria, deveria ter participação na construção desses processos e elaborações, de lado, causando um afastamento da sociedade na relação com a vida política, dificultando a criação de uma própria cultura política, possivelmente, tendo como umas das causas a falta de espaços que mobilizam e incitem tal participação.

Sendo assim, encontra-se nas redes sociais uma arena na qual essa sociedade pode se apoiar para ser introduzida no processo participativo da vida política, permitindo ações de fiscalização, proposições e contestações. O artigo procura contribuir com uma nova alternativa que leve o indivíduo a exercer seus direitos e deveres como cidadão de uma forma mais participativa no âmbito estatal, gerando uma aproximação entre sociedade e governo.

Metodologicamente, a pesquisa foi baseada na abordagem netnográfica. Esse método é compreendido como uma forma especializada do método etnográfico que usa as informações que estão publicamente disponíveis em redes sociais, páginas, fóruns online, blogs para buscar reconhecer e entender as necessidades e influências que os usuários

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

desse campo virtual possuem. A netnografia se faz importante, pois utiliza comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na Internet. Sua abordagem é adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias, blogs, redes sociais, dentre outros (KOZINETTS, 2014). Neste estudo tomou-se como caso a rede “Meu Rio”. Escolheu-se esta rede devido a sua atuação no campo da internet, possuindo uma considerável capacidade de mobilização e incidência, tendo conseguido ter impacto direto em diversos processos políticos no Estado do Rio de Janeiro com a ajuda de seus seguidores.

2- Redes Sociais como Espaços Contestatórios.

Dentre as ressignificações que as relações sociais sofreram ao longo das décadas, o surgimento das redes sociais virtuais com suas comunidades online foram umas das mais significativas (OLIVIERI, 2003). Essas comunidades virtuais promoveram uma alteração do espaço-tempo ao unir indivíduos de diferentes lugares e realidades num mesmo lugar com divergentes e diferentes propósitos. Dentro desta nova arena, temos os indivíduos possuindo uma identidade cultural, uma função e, ao se relacionarem uns com os outros, constroem um todo coeso que serve de representação da rede, como um sistema de nodos e elos (MARTELETO, 2001). A partir destas novas organizações, temos os surgimentos de novos movimentos sociais, que buscam contestar, propor e participar, fazendo com que suas vozes possam incidir nas políticas públicas e na realidade dos vários segmentos que compõem a vida do cidadão (MACHADO, 2007).

Neste cenário, as redes sociais virtuais se estabelecem como novas arenas de interação - que se diferenciam da clássica concepção de movimentos sociais, que eram associados a movimentos de cunho revolucionário, cujas ações e lutas se enquadravam dentro de um espectro político mais radical, representado na figura de sindicatos e confronto de classes antagônicas no sistema capitalista, se relegando, em suma, a um papel de ação contrária ao sistema (MACHADO, 2007). A possibilidade do arranjo de um movimento social mais amplo inaugura um campo para que grupos que busquem mostrar suas insatisfações com

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

a conjuntura social e política em que se encontram, de forma mais dinâmica e, porque não, direta.

A web surge com essa premissa de autonomia e independência que vai além dos controles dos governos e empresas, produzindo uma união e desunião de ideias e vivências que quebram o espaço-tempo, fazendo com que o medo e a aflição de realidades precárias fossem superados em busca de tempos melhores (CASTELLS, 2013). Dentro deste novo mundo, as redes sociais virtuais estabelecem como uma de suas principais características, justamente, a oportunidade de dar visibilidade as questões sociais, podendo dar a sociedade o poder de contestar, refletir e mostrar a respeito da realidade em que vivem ou reafirmar um status quo, desqualificando mudanças e novas realidades.

No Oriente Médio, a Primavera Árabe foi o conjunto de várias revoltas que procuravam mudanças do estado político-social daquela região. Os movimentos de insurgência ganharam força, relevância e legitimidade burocrática devido às redes sociais virtuais - como o *Facebook*, *YouTube* e *Twitter* - que agiram como fontes propagadoras e organizadoras dos protestos (VIEIRA, 2013). Como foi no caso da Tunísia, em que Mohamed Bouazizzi, uma vez descontente com o constante abuso de poder por parte da polícia e descaso das classes políticas dominantes, em um ato de protesto, ateou fogo no próprio corpo em plena praça pública. O seu primo, Ali Bouazizzi, gravou em vídeo o ato de sacrifício de Mohamed e difundiu pela internet através do *Youtube* e *Facebook*, fazendo com que inúmeros cidadãos pudessem saber, ver e se deixar participar do movimento, seja acompanhando a *lives* - transmissões feitas ao vivo por plataformas online - ou compartilhando e deixando mensagens de apoio a causa nas mídias virtuais. Em pouco tempo, o vídeo viralizou e outros protestos semelhantes começaram a ocorrer (DI FATIMA, 2014), a juventude do país eclodiu em movimentos de protestos que se alastram por todo o território nacional. Tais ações levaram o então ditador do país Ben Ali e sua família a abandonar a Tunísia. Os protestos continuaram e, eventualmente, culminaram em eleições democráticas (CASTELLS, 2013).

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo semelhante, e que nos ajuda a entender ainda mais como se constroem esses novos espaços, ocorreram no Brasil – como o movimento Passe Livre, em São Paulo -, que possui um vasto histórico de manifestações encabeçadas por jovens e estudantes. Abordando mais especificamente os movimentos que ocorreram em 2013, têm-se como grande diferencial em relação às demais manifestações que ocorrem no país desde meados do século XX – *Caras Pintadas*, *Diretas Já*, *Gritos dos Excluídos* - as redes sociais virtuais, que foram utilizadas como fontes convocatórias que trouxeram o povo para as ruas quase que de forma instantânea (SCHERER-WARREN, 2013), agindo também como espaços contestatórios que auxiliaram na organização e difusão dos movimentos sociais.

Durante as ações que ocorreram em São Paulo, houve forte repressão por parte da polícia e as agressões e confrontos foram filmados e postados nas redes sociais, o que gerou inúmeros relatos em forma de vídeos que viralizaram. A partir de então, posts e tuites foram sendo feitos e acabaram por ajudar a ampliar o número de manifestantes. Deste ponto em diante o movimento foi ampliando seus horizontes, ao agregar dentre seus manifestantes pessoas que queriam apenas expor suas insatisfações com as condições sociais e políticas – educação, saúde, segurança, desemprego e a corrupção – no Brasil. A tag “#vemprarua” foi então criada, e ajudou a organizar ainda mais tudo o que era relacionado às manifestações nas redes sociais virtuais, como a localidade onde os atos se aconteceriam, e ajudou a disseminar o movimento por todo o país (MOREIRA & SANTIAGO, 2013)

3- Redes Sociais como Espaços propositivos

No alvorecer do século XXI, o Estado passou a sofrer mais pressões no sentido de tornarem-se mais responsivos com a sociedade (BRAGA & GOMES, 2016). Em uma época marcada pela instabilidade social, resultado da crescente falta de confiança para com os governos e instituições, que colocam em xeque o contrato social, e questionam o sistema da democracia representativa do ocidente, por exemplo. Como ele pode ser

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

controlado e utilizado ao bel prazer da elite financeira/empresarial que passa a controlar as ações políticas (CASTELLS, 2013).

O cidadão passa a distanciar cada vez mais do processo de tomada de decisões e das ações políticas, pois não se enxerga nestas ações, acarretando em um afastamento dos grupos sociais para com o processo político, e acaba por provar um crescente individualismo egoísta que toma o poder de uma grande parcela dos ditos representantes desses grupos e acaba por relegar a população a uma condição de não possuir representantes de fato, pois, na verdade, eles representam nada mais do que eles mesmos (KIERECZ, 2016). A população, portanto, precisou novamente se unir e encontrar nesta nova via – as redes sociais virtuais, por meio da internet – a possibilidade de um lugar onde poderia, além de contestar, buscar a participação e propor modos e soluções que poderiam tirar a sociedade do seu estado patológico e não apenas manter um injusto status quo.

Como dito anteriormente, as redes sociais virtuais permitem um processo de participação mais descentralizado e horizontal, considerando que a internet em si permite a solução de problemas relacionados a participação tornando-as mais fácil, ágil e conveniente pela tela do computador, celular ou tablet, isso também gera uma relação sem intermediários entre a esfera civil e a esfera política. Tem-se, então, um afastamento das influências da esfera econômica e midiática de massa que controlam o fluxo da informação política e, finalmente, o mundo da web possibilitam que a população não fosse meramente um consumidor de dados informacionais, mas permitiria que esta esfera produzisse informação e ação política para seu consumo e provimento (GOMES, 2005).

As tomadas de decisões poderão se tornar mais transparentes, o que traz mais peso e responsabilidade aos políticos, pois a internet pode conceder canais que efetivem a mobilização visando a participação do cidadão através de consultas online, por exemplo, além da ampliação não somente do controle social – como processos de fiscalização e informações sobre orçamentos e planejamentos -, mas da ampliação do conhecimento da sociedade sobre modos de acesso aos direitos do cidadão na condição de beneficiário de um determinado serviço, neste caso, provindo do Estado (COCCO, 2013). Como é o caso

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

do Gabinete Digital, uma iniciativa vinda do Governo Federal, como um resultado da entrada da internet no processo institucional democrático – ou como é chamado: e-democracia -, que dá ao cidadão a chance de incidir, acompanhar e fiscalizar nas tomadas de decisões do governo. Este canal tem participação de outras entidades de governo, como o Ministério de Planejamento e o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) (ZAGANELLI & MIRANDA, 2017)

Desta forma, um dos grandes desafios é justamente o assentamento desse mundo tecnológico como uma ferramenta democrática que possibilita a participação popular na orbita dos processos construtivos e decisórios do governo, haja vista que os princípios que orientam os chamados e-governos passam pela transparência e a própria participação, tendo como atributo-chave a responsividade, que é um conceito vinculado a efetividade governamental (BRAGA & GOMES, 2016).

As plataformas de participação costumam girar em torno de recursos “action-related”, como formulários online, votação eletrônica através das páginas oficiais do governo, fóruns de debates nas mídias digitais e as chamadas e-consultations (HYSON, 2010; NORRIS, 2002). Exemplo de plataforma – não de articulação e participação, mas de prestação de contas -, é o Portal da Transparência do governo federal, que pode ser acessado por qualquer pessoa com acesso à internet (COSENDEY, 2017), ou o caso de formulação da constituição como foi na Islândia, que usou da internet, suas redes sociais e sites, para a construção de uma nova constituinte (CASTELLS, 2013; AZEVEDO, 2015).

Essa participação popular ativa não é algo novo e diferente, inclusive, é um dos fundamentos da democracia constitucional, a partir da ideia de soberania popular. A promessa é de que a opinião das pessoas deve prevalecer no andar dos tratados de concernência comum, o anelo popular deve ser colocado nas decisões que afetam a coisa pública (GOMES, 2005). Reforça-se, então, a possível renovação para um modelo mais representativo de democracia, com o popular agindo pelas redes sociais virtuais.

Como dito acima, um dos grandes exemplos das redes sociais como espaços propositivos e de participação se deu na Islândia. Após sofrer com uma grave crise

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

financeira, fruto de uma má administração do setor econômico que, desde a recessão de 2008, presenciou seus principais bancos afundarem-se em dívidas por culpa de processos ilícitos de especulação econômica, viu a sua população organizar e comandar uma reforma política que teve a internet como ator fundamental (ALVES e FORMIGA, 2015).

Semelhante ao processo tunisiano em questão de viralização, no país nórdico, a revolução teve início quando o cantor Hordur Torfason realizou um protesto musical em frente ao parlamento islandês, expondo suas insatisfações contra os *banksters* e os políticos que eram subservientes a estes (CASTELLS, 2013). O vídeo do protesto viralizou, os protestos se intensificaram, as pessoas foram às ruas e o governo foi deposto, que neste caso foi um ponto positivo na luta democrática. O grande diferencial aqui reside no papel da internet como um espaço usado na construção de uma nova constituinte baseada nas proposições do povo islandês que buscavam uma verdadeira reforma do sistema político. Criou-se o Conselho da Assembleia Constituinte (CAC), que foi composto por 25 membros, todos e todas cidadãos comuns, encarregados de produzir a nova minuta da nova Constituição. O CAC buscou a participação dos cidadãos via internet, tendo o *Facebook* como sua principal plataforma do debate, onde qualquer cidadão tinha espaço para propor suas ideias, dar sugestões e ser ator ativo do processo de reconstrução islandesa. O CAC, então, recebeu por volta de 16 mil sugestões online, além dos comentários nas redes sociais. Foram escritas quinze diferentes versões do texto para abarcar as contribuições da ampla deliberação. Assim, a lei constitucional foi elaborada, tendo sido produzida por crowdsourcing, ficando conhecida por wikiconstituição (AZEVEDO, 2015).

Como visto no caso islandês, os espaços online possuem a capacidade de agir como intermediários de propostas e influência, a medida em que vão ganhando força através da participação social – que é o próprio número de pessoas que se juntam a causa – (GONÇALVES, 2013). Dentro deste campo, surgem então, sites, páginas online e comunidades virtuais, que a partir de seus papéis propositivos, passam a buscar mudanças reais no dia a dia dos cidadãos de sua comunidade. No Brasil, se identifica o caso da rede “Meu Rio”, que possui esse papel transformador tendo como base o mundo virtual.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

4 – Redes Sociais e o Perigo das Bolhas de Realidade

As redes sociais, como mostrada acima, é uma ferramenta que pode ser utilizada para a construção de uma realidade mais justa de acordo com os olhos da sociedade, porém, essas plataformas digitais podem também apresentar um risco real se usadas e manipuladas de forma leviana (PORTO & RICHTER, 2015).

A internet reúne inúmeras informações, tais informações, tornam-se dados que são colocados a disposição dos usuários da rede mundial de computadores, podendo ser acessados de diversos lugares como já foi colocado anteriormente neste artigo. Para que não houvesse um cenário caótico, foram criados sistemas de buscas e organização desses dados para que facilitassem o acesso aos mesmos. Dentro desse processo organizacional, surgiram também os filtros – ou filiação, como também são chamados – (RECUERO, 2009) e, com ele, o fenômeno das bolhas de realidade. Os filtros pegam as informações que circulam entorno do usuário e levam a ele em grande quantidade aquelas que mais se parecem com o perfil que é construído do indivíduo a partir de suas buscas, curtidas e compartilhamentos. Por exemplo, ao se navegar pelo Facebook, o usuário passa a identificar páginas e grupos que contemplem o seu posicionamento político, religioso, que abracem e o grupo social com o qual este se identifica. Deste ponto em diante, a própria plataforma desta RSV vai passar a fornecer e mostrar ainda mais conteúdos e interações direcionadas ao interesse de quem acessa.

A princípio, isso poderia ser encarado como um grande ganho, haja vista que esse processo facilitaria a vida dos que acessam e buscam interação e entretenimento dentro da WEB. Todavia, o processo está tomando um rumo preocupante a medida e que ele passa a criar cenários em que o indivíduo acaba por se “fechar” em um espaço em que ele encontra e lidar apenas com informações e opiniões que são similares a suas, não tendo, então, contato constante com informações e opiniões diferentes e divergentes. Esse fenômeno é conhecido como Bolha de Realidade (FAVA, 2013).

Essas Bolhas de Realidade passam a comprometer, muitas vezes, a formação e o desenvolvimento do conhecimento em diversas pessoas e grupos sociais que utilizam as redes sociais como plataformas de ação. O acaba, também, por produzir um processo

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

contraditório, pois, à medida que avançamos na tecnologia e no sistema informacional, mais se produzem informações e materiais de conhecimento, entretanto, com as bolhas essas produções não compartilhadas. O que acontece é que, cada vez mais os usuários acabam por consumir tudo aquilo que já sabiam e se relacionam, reforçando apenas o que já estava ali e impedindo que novas interações surjam e possam acrescentar no desenvolvimento intelectual e, porque não, sociopolítico do indivíduo (FAVA, 2013). Os filtros que geram as bolhas de realidades não expostos aos usuários, o que torna esse processo ainda mais perigoso, pois não se tem acesso a como é feita essa mediação e a filtragem das informações. Então, sendo uma ação opaca, a manipulação que por ela é gerada dificilmente se é percebida logo de nos primeiros contatos. Aqui, o usuário não escolhe estar na bolha, ele é simplesmente condicionado e levado a estar nela justamente pela assemelhação de seus gostos e preferências (PARISER, 2011).

4 - “Meu Rio”, a Internet como um Espaço de Incidência no Brasil

O “Meu Rio” é uma rede de ação que surgiu em 2011, na cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de usar a tecnologia para promover a participação social e fiscalização dos políticos da cidade, que de acordo com o grupo, não sofriam muito com o controle direto da sociedade civil. Os fatores que influenciaram na criação desta rede foram justamente os megaeventos que aconteceram a cidade do Rio como a Copa do Mundo, em 2014 e as Olimpíadas, em 2016. Neste ponto, a cidade vivia um momento de grandes transformações, não só estruturais, mas também, da própria concepção do ideal da cidade, que se encaminhava para tornar-se uma cidade olímpica, o que não era trivial para o Rio.

Hoje, o “Meu Rio” tem mais de 300 mil pessoas que já se mobilizaram ao menos uma vez com o projeto. A sua base de perfil é bem dinâmica e diversificada, pois o grupo não trabalha com mobilizações temáticas, buscando sempre atuar onde se faz necessário para a sociedade civil. Por exemplo, já houve ações que visavam o combate a corrupção e ações que se preocupavam com questões ambientais, tais como a utilização dos canudos de plástico que eram comumente usados na venda e consumo de bebidas,

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

isso, por sua vez, acaba por trazer um público diverso que contribui com o crescimento da rede. Os espaços de discussões são estabelecidos a partir do acompanhamento constante dos principais jornais, em suas plataformas físicas e online, além das ordens do dia na Câmara dos deputados do RJ e na Assembleia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro (Alerj). Há também o Facebook, que a partir de das páginas oficiais da Prefeitura, por exemplo, são discutidas e colocações em posts que possam levar a possíveis pautas de mobilização. Uma vez estabelecidos tais espaços, o grupo leva os resultados dessas discussões em nível público e político através de uma tecnologia própria da rede “Meu Rio”, que é a plataforma BONDE¹, onde as pessoas podem participar diretamente das ações, assinando petições, enviando e-mails de pressão, etc.

Dentro das redes sociais, o grupo utiliza o Whatsapp como uma base de comunicação e organização das ações realizadas na cidade. Aqueles que participam dos grupos recebem informações sobre as mobilizações, audiências públicas, pautas diárias, além do o Facebook e Instagram, que são os mais usados como ferramentas de alcance e comunicação. As discussões levadas e colocadas em prática renderam inúmeras vitórias para a rede “Meu Rio” e a população da cidade do Rio, tendo influenciando em algumas decisões políticas em relação a segurança, meio ambiente, educação e participação pública na política.

4.1 – Influências na Segurança

No dia 6 de agosto de 2016, os deputados federais do RJ, aprovaram no plenário da câmara, sem discussão e em regime de urgência o Projeto de Lei 5768/2016 que transferia para justiça militar o julgamento de militares que cometeram crimes dolosos contra civis até o dia 31 de dezembro de 2016. Esta medida visava uma liberdade para tratar, com própria violência, possíveis protestos e ações que provinham de uma parcela da comunidade carioca durante as olimpíadas. No dia seguinte, o PL adentra ao Senado como um Projeto de Lei Complementar 44/2016, para também ser colocado como caráter de urgência e ser votado o quanto antes. Porém, com a mobilização da rede “Meu

¹ BONDE é uma plataforma digital responsável por viabilizar a construção de sites de impacto, visando a mobilização e movimento de causas sociais, buscando a construção da vida coletiva.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Fundada em 1899



INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Rio”, contra essa PL, foi lançada a campanha “Sem Licença Para Matar”, que direcionou, em menos de 24 horas, mais de 5 mil e-mails de pressão que foram enviados aos senadores, que interromperam a tramitação com urgência pelo senado, adiando a votação para depois das Olimpíadas, fazendo com que o projeto perdesse força e sendo colocado de lado.

4.2 – Influencias no Meio Ambiente

Em 2012, dois moradores, chamados de Leandro e Nivaldo, do Complexo do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, indignados com a situação de descaso público para com a comunidade, que estava entregue ao abandono e sujeira, decidiram criar o movimento Favela+Limpa, que por via da distribuição de panfletos conscientizavam a população local sobre o cuidado com o meio ambiente e, como isso melhoraria a qualidade vida e diminuiria os problemas de saúde dos moradores. Esse projeto contribuiu com o tratamento correto de mais de 70 toneladas de lixo. Mesmo com todas essas conquistas, no final de 2013, a Secretaria de Obras do Estado, exigiu que o projeto, o único com proposta de sustentabilidade naquela região, entregasse o terreno onde funcionavam para a empresa Odebrecht, para que a mesma o utilizasse como canteiro de obras. Na luta contra o fim do projeto, os idealizadores entraram em contato com a “Meu Rio” e, juntos organizaram uma campanha que o Favela+Limpa não perdesse sua sede e base estrutural. Depois de 4.700 e-mails enviados para o então secretário Estadual de Obras, José Iran, e o arquiteto Mario Sá, que era encarregado pela remoção, foi garantido pelo Estado a permanência do Favela+Limpa no mesmo local, até que um novo espaço fosse achado com as mesmas condições de trabalho.

4.3 – Influencia na Participação Pública na Política

Uma das conquistas mais relevantes, quando tange a questão da força da internet e a participação por meio desta arena, foi PEC das Assinaturas Digitais, da autoria do então Deputado Estadual, Marcelo Freixo (PSol), que veio a dar mais importância e legitimidade as petições online. Houve a aprovação, em primeira votação, em novembro de 2015, da PEC das Assinaturas Digitais, que possibilitava o uso das assinaturas digitais para projetos de lei de iniciativa popular na Alerj. A rede “Meu Rio”, juntamente com o

REALIZAÇÃO:



APOIO:





**INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE**
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Instituto de Tecnologia e Sociedade pressionaram os deputados para que fosse garantida a aprovação da lei na segunda votação, além de ajudar na elaboração do texto para que ele contemplasse as necessidades dos cidadãos cariocas. Isso gerou ainda mais força para o campo da Internet como uma arena de influência e incidência na vida política.

5 – A Legitimação da Internet e as Redes Sociais Virtuais como Ferramenta Democrática

O advento das novas tecnologias ocasionou o surgimento de uma nova arena social que possibilita a ação de atores e ressignifica a sociedade que, agora, se vê movida pela rapidez dos fluxos de informação (DINIZ & CALEIRO, 2011). Nesta nova realidade, a de uma vida urbana mais volátil e acelerada, incerta, propriamente líquida (BAUMAN, 2001), o mundo da rapidez das informações gera uma ambiguidade na relação do cidadão com os projetos públicos e caminhos governamentais, pois, ao mesmo tempo em que ele se vê a par de determinados dados sobre tais situações, ele também percebe o quão longe está da concepção destas obras e caminhos.

Portanto, partindo do novo leque de opções que a internet e as redes sociais virtuais trazem para a problemática político-social, se encara a mudança cultural que essa ação trouxe (CASTELLS, 2013), uma mudança na concepção das mídias sociais, não mais apenas como redes de amizades e relacionamentos, mas também, compreendendo que as novas configurações sociais estão tornando o virtual cada vez mais real, fazendo assim com o que os pesos das ações no mundo da WEB, tenham consequências palpáveis e realmente sentidas no meio social e político, como a rede “Meu Rio” fez nas campanhas “Sem Licença para Matar” e “PEC das Assinaturas Digitais”.

Seguindo essa lógica, reconhecer as páginas que fomentem o debate democrático, a fiscalização, a intenção de comunicação com os representantes públicos, promovam a mobilização social em prol de causas que visem a incidência pública na política, são dispositivos legítimos a serem usados com frequência (MOREIRA; BARROS & SOBRINHO, 2017) (TAVARES, 2015).

REALIZAÇÃO:



APOIO:





**INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE**
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Deste modo, acaba por não restar outra saída para os agentes públicos do que olhar para esse novo mundo e reconhecer que ali, de fato, está o povo, a sociedade, organizada e que seus anseios estão sendo colocados na mesa, não mais através de uma manifestação física, mas através de uma nova ferramenta democrática a ser usada por vários grupos sociais de dentro de suas casas, escolas e trabalhos, numa nova configuração de espaço tempo, que inaugura uma própria democracia digital que poderá facilitar um processo democrático mais representativo – seja por parte da população, seja por parte das elites – como fora, também, no caso da Escola Municipal Prudente de Moraes, na qual a “Meu Rio” também agiu.

Esse reconhecimento que poderá trazer legitimidade à internet habita no poder, na força em si, e nos impactos que as participações online possuem. No mundo da internet tudo é quantificável, podendo ser mensurado (GONÇALVES, 2013). Então, quanto maior o número de participação, de ações, mobilizações, mais se tem adesão social, a manutenção do projeto Favela+Limpa com a ajuda do “Meu Rio”, é um exemplo, no que reuniu a comunidade em prol desta causa, conseguindo quase 5 mil e-mails direcionados aos responsáveis pelo projeto de realocação.

Essa adesão traz, conseqüentemente, o costume, que com o tempo se torna prática, desencadeando um novo sentido de identidade (MOTTA, 2001) - sendo aqui, uma identidade política – em um processo de construção cultural pelo compartilhamento de crenças e valores pautados no mundo virtual (FERNANDES; ZANELLI, 2006). Uma vez adquirida essa identidade política, encara-se um desenvolvimento do ativismo social, os indivíduos passam a se sentir bem mais assegurados a participar devido a união de pessoas que as comunidades online permitem – vide exemplos supracitados como a rede “Meu Rio” e os casos da Tunísia e Islândia – desta forma, encurtando a distância e quebrando os obstáculos que separam a sociedade e o governo, aprimorando o processo democrático (GOMES, 2005).

6 – Conclusão

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Logo, ao permitir a união de diversas pessoas com realidades, experiências e vidas diferentes, a internet, por via das redes sociais virtuais, produziu espaços de compartilhamentos. Tais espaços deram a oportunidade de diversos atores locais demonstrarem suas insatisfações e anseios com a realidade em que viviam, expondo, através das mídias sociais, tudo aquilo que julgavam nocivo para a sua comunidade – como ocorrido na Primavera Árabe e as Jornadas de Junho de 2013 -, criando, então, um espaço de contestação que permitia a participação de qualquer pessoa com acesso a esta nova arena e vontade de também expor suas insatisfações.

Uma vez exposta tais insatisfações, a rede que possui este papel contestador, passa também, a exercer uma função propositiva. Há um amadurecimento dos movimentos que foram iniciados com as queixas, estes passam a elaborar propostas que visam mudar a realidade em que vivem, os grupos, então, se organizam em comunidades e redes online para pressionar, propor e buscar alterações de fato, como ocorrido na Islândia, na revolução das painéis e, como a rede “Meu Rio” trabalha na cidade do Rio de Janeiro, sempre buscando incidir nos projetos e vida política.

O então clamor por um outro processo democrático, um que permita a participação social de forma mais direta, que possa ter incidência dentro das organizações políticas e institucionais, superando a possível crise da democracia representativa que vem afastando e dispersando cada vez mais a sociedade civil, que se refere à relação entre as instituições e os cidadãos, é atendido com a internet e as redes sociais virtuais, como uma arena democrática que viabiliza a participação e articulação social.

A sociedade civil e os grupos que a compõe são empoderados e posicionados mais próximos do processo elaborativo governamental. O caminho digital dá o papel central à sociedade civil na participação, elaboração e caminhos dos projetos e políticas públicas. Tais questões demonstram a necessidade de se reconhecer e legitimar a internet como ferramenta democrática.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

7 - REFERÊNCIAS

ALVES, Leandro; FORMIGA, Julianna. Unidos por uma Mudança Global: Os Movimentos Sociais e as Redes de Indignação. **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Faculdade Nordeste - Fanor, Devry Brasil. 2015, p.15

ARAUJO, Gabrielle Oliveira de. **Dinâmicas da ação coletiva**: uma etnografia sobre o processo de mobilização contestatório em torno da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Porto Alegre. 2011.

AZEVEDO, Gabriel. **A revolução das painéis na Islândia** (e uma nova constituição feita pela internet). 2015. Disponível em: <http://blog.gabrielazevedo.com/a-revolucao-das-painelas-na-islandia-e-uma-nova-constituicao-feita-pela-internet/> .Acesso em: 26 de nov de 2018

BAUMA, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAGA, Lamartine Vieira; GOMES, Ricardo Corrêa. Participação eletrônica e suas relações com governo eletrônico, efetividade governamental e accountability. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 487-506, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Zahar, 2017.

COCCO, Giuseppe. Gabinete digital: análise de uma experiência. **Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráfica**, 2013.

COSENDEY, Diogo Falante . A qualidade da informação nos portais da transparência das prefeituras municipais de Niterói e do Rio de Janeiro. 2017.

DI FÁTIMA, Branco. Revolução de Jasmim: a comunicação em rede nos levantes populares da Tunísia. **Temática**, v. 9, n. 1, 2014.

DINIZ³⁰, Iara Gabriela Faleiro; CALEIRO³¹, Maurício. **Web 2.0 e ciberativismo: o poder das redes na difusão de movimentos sociais**. 2011.

FAVA, Gihana. Filtro bolha: desafio para propagação de informação no meio digital. In: **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. 2013.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

- FERNANDES, Karina Ribeiro; ZANELLI, José Carlos. O processo de construção e reconstrução das identidades dos indivíduos nas organizações. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 55-72, Mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65522006000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Nov. 2018
- FREY, Klaus. Governança urbana e participação pública. **RAC-eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 136-150, 2007.
- GONÇALVES, João Fernando Ferreira. Teoria da Participação Pública na Internet. **Observatorio (OBS*)**, v. 7, n. 2, 2013.
- GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.
- HYSON, S. The ombudsman and e-government in Canada. **Canadian Public Administration**, v. 53, n. 2, p. 183-200, 2010
- KIERECZ, Marlon Silvestre. A Crise da Democracia Representativa no Brasil. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito-PPGDir./UFRGS**, v. 11, n. 2
- NORRIS, P. The bridging and bonding role of online communities. **The Harvard International Journal of Press/Politics**, v. 7, n. 3, p. 3-13, 2002.
- MACHADO, Jorge Alberto S. et al. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, v. 9, n. 18, 2007.
- MARQUES, E. C. **Redes sociais e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2003.
- MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da informação**, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.
- MILANI, Carlos Roberto Sanchez. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. 2008.
- MOREIRA, Orlandil de Lima; SANTIAGO, Idalina. Vem pra rua: os protestos de junho. **Jornadas de Junho: Repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, p. 13-21, 2013.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

MOREIRA, Plinio Victor Cardoso; BARROS, Jones Nogueira; SOBRINHO, Mário Vasconcellos. AS REDES SOCIAIS NOVO ESPAÇO INTERMEDIÁRIO ENTRE SOCIEDADE E ESTADO. In: **IX Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade-CODS e II Congresso Brasileiro de Gestão**. 2017. p. 313-319.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. Pioneira Thomson Learning, 2001.

OLIVIERI, Laura. A importância histórico-social das redes. **Rede de informações para o Terceiro Setor**, 2003.

PARISER, Eli. *The Filter Bubble. What the Internet is Hiding from You*. The Penguin Press. New York. 2011

PRATES, Heloisa. *Crítica social e participação política na internet*. 2014.

Porto, Andrio Albiere, and Daniela Richter. "O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS RISCOS DO CYBERBULLYING E DO SEXTING NO AMBIENTE DIGITAL: REALIDADE OU EXAGERO?." *Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea* (2015).

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. **Metamorfozes jornalísticas**, v. 2, p. 1-269, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, 2014.

VIEIRA, Vivian Patricia Peron. O papel da comunicação digital na Primavera Árabe: Apropriação e mobilização social. In: **V Congresso da Compolítica, realizado em Curitiba/PR**. 2013. p. 9-18.

ZAGANALLI, Juliana Costa; MIRANDA, Wallace Vieira. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. V. 9, n. 3, 2017.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





**INOVAÇÃO,
DIVERSIDADE E
SUSTENTABILIDADE**
07 A 10 DE NOV | 2022



UNAMA

BELÉM, 10 DE NOVEMBRO DE 2022

REALIZAÇÃO:



APOIO:

FUNDAÇÃO PARAGUAIENSE
DE APOIO À PESQUISA
E INOVAÇÃO



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

